



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 23/2014

Local: Paços do Município

Data da Reunião Extraordinária: 2014/10/30

Início da Reunião: 10,25 horas

Terminus da Reunião: 13,20 horas

Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:

Presidente: EMÍLIO AUGUSTO FERREIRA TORRÃO, DR. _____

Vereadores: ABEL DA SILVA DE OLIVEIRA GIRÃO, ENG.º _____

JOSÉ JACÍRIO TEIXEIRA VERÍSSIMO _____

ALEXANDRA MARGARIDA GÓIS FERREIRA, ENG.ª _____

PAULA ELISABETE PIRES COSTA RAMA, DR.ª _____

AURÉLIO MANUEL MENDES SOVERAL DA ROCHA _____

JORGE LUÍS FORTE CAMARNEIRO, DR. _____

Responsável pela elaboração da Ata:

Nome: ANDREIA SOFIA MARQUES LOPES DOS SANTOS _____

Cargo: TÉCNICA SUPERIOR _____

Faltas: _____

Justificadas: _____

Injustificadas: _____



AGENDA

ORDEM DO DIA

A1. GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE (GAP)

A2. GABINETE DE AUDITORIA (GA)

A3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (SMPC)

A4. SERVIÇO DE MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL (SMVM)

1. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS (DAGF)

1.1. ADMINISTRAÇÃO GERAL (SAG)

1.2. ASSUNTOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO (SAJC)

1.3. RECURSOS HUMANOS (SRH)

1.3.1. Proposta de alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais
- Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho.

1.3.2. Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho para 2015.

1.4. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (STIC)

1.5. CONTABILIDADE (SC)

1.5.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015.

1.6. TESOURARIA (ST)

1.7. TAXAS E LICENÇAS (STL)

1.8. PATRIMÓNIO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA (SPCP)

2. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DDS)

2.1. EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL (SEAS)

2.2. CULTURA E TURISMO (SCT)

2.3. JUVENTUDE E DESPORTO (SJD)

**2.4. INSERÇÃO PROFISSIONAL E APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL
(SIPADES)**

8
19**3. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (DPGT)****3.1. PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (SPGT)****3.2. FISCALIZAÇÃO (SF)****3.3. TOPOGRAFIA E SIG (STP)****4. DIVISÃO DE AMBIENTE E OBRAS MUNICIPAIS (DAOM)****4.1. OBRAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS (SOEM)****4.2. CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E ESTALEIRO MUNICIPAL****4.3. AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES (SAEV)****ABERTURA DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**

(nos termos do nº. 2 do art.º 49º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os art.3º e 11.º do Regimento da Câmara Municipal, aprovado em reunião de 23 de outubro de 2013)

C7
↓**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30**

----- Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas e vinte e cinco minutos. -----

----- **ORDEM DO DIA** ---------- **A1. GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE (GAP)** ---------- **A2. GABINETE DE AUDITORIA (GA)** ---------- **A3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (SMPC)** ---------- **A4. SERVIÇO DE MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL (SMVM)** ---------- **1. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS (DAGF)** ---------- **1.1. ADMINISTRAÇÃO GERAL (SAG)** ---------- **1.2. ASSUNTOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO (SAJC)** ---------- **1.3. RECURSOS HUMANOS (SRH)** ---------- **1.3.1. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA** ---------- **ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – ESTRUTURA** ---------- **ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE** ---------- **MONTEMOR-O-VELHO.** -----

----- Foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve: -----

----- *“Alteração da Estrutura Organizacional do Município de Montemor-o-Velho* ---------- *I* -----

----- *O Decreto-Lei n.º 305/2009, publicado em 23 de outubro, veio revogar o Decreto-Lei n.º 116/84, na sua redação em vigor e teve como principal objetivo dotar as autarquias locais de condições para o cumprimento adequado do seu amplo leque de atribuições, respeitantes quer à prossecução de interesses locais por natureza, quer de interesses gerais que podem ser prosseguidos de forma mais eficiente pela administração autárquica em virtude da sua relação de proximidade com as populações, no quadro do princípio constitucional da subsidiariedade. A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto procedeu à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.* -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

-----O Município de Montemor-o-Velho, orienta a sua ação no sentido de transformar o concelho num centro de excelência no âmbito do serviço público, tendo por referência, as melhores práticas e a criteriosa aplicação dos recursos disponíveis, para assim poder garantir a satisfação plena das necessidades, expectativas e aspirações dos cidadãos/municípes. -----

-----Exceder as expectativas dos nossos cidadãos/municípes, mediante políticas públicas inovadoras, de sustentabilidade territorial, ambiental e de desenvolvimento social integrado, apostando no conhecimento, nas novas tecnologias de informação e comunicação e na qualidade da prestação dos serviços, garantindo a excelência de vida em Montemor-o-Velho. Nessa medida, entendo que a realidade organizacional, deverá ser pautada de reestruturação a nível interno para satisfazer tais exigências.-----

-----Sem prejuízo de uma profunda reflexão sobre o que se pretende para o concelho enquanto território onde residem mais de vinte seis mil cento e setenta e um habitantes, que têm as suas expectativas e objetivos e que dispõe enquanto território, de determinados recursos endógenos, de potencialidades e características únicas, que tem uma localização que reúne condições que favorecem o desenvolvimento e onde se pretendem desenvolver as atividades económicas estabelecidas, as suas potencialidades e necessidades, entende-se que a estrutura organizacional do município deve ser estabelecida para dar respostas às novas necessidades sendo cada vez mais premente que as autarquias locais estejam dotadas de modelos organizacionais capazes de alcançar uma Administração Pública mais eficaz e moderna, que sirva bem os cidadãos, as empresas e todos o que com ela entra em relação, conferindo eficiência, eficácia, qualidade e agilidade ao desempenho das suas funções, numa lógica de simplificação e racionalização dos serviços e de procedimentos administrativos e de aproveitamento dos recursos disponíveis.-----

-----Acréscce que, o Município Montemor-o-Velho tem como uma das suas prioridades estratégicas promover a modernização da administração municipal, como elemento fundamental para uma governação autárquica qualificada, transparente e para uma maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos.-----

-----Pretende -se, assim, com a presente proposta de regulamento, que se anexa, reforçar o contributo da administração municipal para o desenvolvimento do concelho, promovendo

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

uma administração mais eficiente e modernizada, que contribua para a melhoria das condições de exercício da missão e das atribuições do Município.-----

----- Na elaboração da presente proposta de Regulamento foram tidos em consideração os princípios e critérios definidos no Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

----- Assim, considerando que:-----

----- - Compete à Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a reorganização dos serviços municipais;-----

----- - Compete à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do art. 4.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais, a exigência de licenciatura adequada, e o período de experiência profissional, bem com a respetiva remuneração dos cargos de direção intermédia de 3.º grau;-----

----- propõe-se, face aos considerandos enunciados, que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, com base nos critérios emanados na Lei n.º49/2012, de 29 de agosto, aprove a presente proposta, remetendo-a deliberação da Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o seguinte ponto:-----

----- II -----

----- 1. Regulamento de Organização da Estrutura dos Serviços Municipais-----

----- 1.1 Anexa-se proposta alteração ao Regulamento de Organização da Estrutura dos Serviços Municipais desta autarquia, publicado na II Série do Diário da República nº 7, de 10 de Janeiro de 2014, nomeadamente da inclusão de uma Unidade Orgânica de 3.º Grau diz respeito – Unidade de Conservação de Infraestruturas e Logística – na Divisão de Ambiente e Obras Municipais (DAOM).-----

----- 1.2 Nesse seguimento, face à reestruturação apresentada, propõe-se um reajustamento das competências da unidade e subunidades a afetar à DAOM.-----

----- 1.3 Verifica-se ainda a necessidade de proceder a pequenos ajustamentos à realidade dos serviços, que se identificam no documento proposto.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

-----Face ao atrás exposto, propõe-se que sejam efetivadas as alterações acima referidas e melhor identificadas na proposta de alteração ao Regulamento, que se anexa, devendo as mesmas ser remetidas à Assembleia Municipal para aprovação, constituindo aqueles documentos a minha visão de conformação da estrutura interna das unidades orgânicas.” ---

-----Usou da palavra o Presidente da Câmara explicando que decorrido um ano de experiência no Executivo e na gestão dos Recursos Humanos desta Autarquia, é ostensivo e patente que existe um conjunto de embaraços ao normal desenvolvimento das atividades que se traduzem na divisão em compartimentos/estanques dos vários serviços municipais, ou seja, as pessoas não comunicam entre si. Nesse sentido, tornava-se imperioso, em particular nesta área concreta onde houve alterações, que haja uma definição clara da gestão, dos equipamentos municipais e das obras públicas e a questão que também se pretende melhorar e explorar de uma forma mais conveniente é a operacionalidade da própria Câmara. Assim esta alteração visa sobretudo, garantir uma melhor operacionalidade dos serviços municipais e também prover a uma melhor gestão em termos de liderança e em termos de efetivo controlo de todas as atividades da Divisão de Ambiente e Obras Municipais.

-----Continuou explicando que também se prevê, conforme já estava previsto, a inclusão de um dirigente de 3.º grau que possa coordenar esta operacionalidade. Como já referenciou anteriormente, foram encontradas graves deficiências nos serviços municipais, ao nível da operacionalidade dos trabalhadores e isto tem muito a ver com a segmentação e a divisão em compartimentos/estanques que não permitem uma liderança e uma gestão desses recursos de uma forma mais adequada. -----

-----Em termos de distribuição dos trabalhadores, não há qualquer alteração, é só mesmo em termos de organigrama, gestão e liderança. -----

-----Usou da palavra o Vereador Abel Girão informando que esta é uma mera questão de recursos humanos, cuja competência é do Senhor Presidente da Câmara, com a qual, evidentemente, não querem interferir. Já foi referido que a alteração não é significativa mas, de qualquer modo, não querem interferir na gestão dos recursos humanos, sendo uma opção política do Senhor Presidente e, como tal, a posição da Bancada da Coligação será a da abstenção. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

----- Usou da palavra o Vereador Jorge Camarneiro informando que foi apanhado, com alguma surpresa, por esta alteração, tendo tido conhecimento da mesma na passada segunda feira e, portanto, discordando em absoluto do Vereador Abel Girão porque se fosse uma competência exclusiva do Senhor Presidente da Câmara, não tinha que vir a Reunião de Câmara, teria sido decidido por si próprio e, portanto, se tem dignidade para aprovação em reunião de Câmara e, eventualmente na Assembleia Municipal, não será da competência exclusiva dos Recursos Humanos e do Senhor Presidente de Câmara. Será sim, da competência deste órgão e do órgão da Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente à proposta de organização em si, vê que terá "falido" o modelo que há um ano aprovaram, o que também não é uma situação grave sem solução. -----

----- Manifesta algum pesar por não estar presente hoje o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara porque era essa a responsabilidade do mesmo, sendo esta situação, o reconhecimento de uma certa "falência" de um modelo que depositava no Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, a responsabilidade da gestão do Parque Logístico. -----

----- Explica que nada tem a opor em relação a esta alteração embora lhe pareça a si, até pelo pouco tempo que teve para o analisar que algumas questões são apenas de definição de funções e de competência e aí sim, será o Senhor Presidente da Câmara a distribuir os Recursos Humanos em função das novas funções e não irá discutir em pormenor, porque também não tem condições para o fazer. -----

----- Lamentou que os Vereadores com funções e que vão ser de alguma forma afetadas por esta nova estrutura, não tenham sido consultados sobre estas alterações todas em particular, mas não é sua intenção opor-se a esta nova reorganização, esperando que desta vez resulte, julgando, de facto, que devem ser profissionais a gerir os recursos e equipamentos logísticos e, portanto a atividade mais específica que exige maior especialização do Município e que se imprimam maiores responsabilidades no cumprimento das funções, horários, na distribuição das tarefas, achando bem que se recorra a pessoas com competências específicas para isto e que os ajudem a levar o Concelho por diante. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara, na sequência da última intervenção, informando que mais uma vez lamenta a postura do Vereador Jorge Camarneiro quando diz

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

que foi apanhado de surpresa. É evidente que o detalhe só foi conhecido agora. Aliás ele próprio também só teve conhecimento aquando dos Vereadores porque são detalhes técnicos do ponto de vista de regulamentação porque, efetivamente, manifestou pessoalmente ao Senhor Vereador esta intenção de o fazer. Para a próxima terá de começar a trabalhar no plano de comunicações escritas.-----

----- Quando refere que não é competência do Presidente da Câmara a gestão dos recursos humanos, mais uma vez lamenta que não saiba interpretar a divisão dos pelouros e essa tem sido a razão das suas discordâncias, lamentando ainda que o Vereador não saiba interpretar o papel que cabe a cada um deles no Executivo. -----

----- Concorda que se estas coisas pudessem ser feitas com mais tempo poderia haver mais discussão, tendo esse hábito, não o fazendo intencionalmente, sendo isto o resultado do ritmo com que se trabalha aqui. -----

----- Lamenta, uma vez mais, que se aproveitem estes momentos para se fazer ataques políticos de mau gosto. Aqui não há falência de nenhum modelo. Quanto ao ataque que faz ao Chefe de Gabinete, sublinha que o Vereador deve ver quais são as competências de um Chefe de Gabinete e refletir se o mesmo estava a exercer as competências para que foi nomeado. -----

----- Nessa medida, esta alteração justifica-se por inteiro porque o Chefe de Gabinete deve estar a fazer a assessoria que é necessária ao Gabinete de Apoio à Presidência e não a fazer gestão logística, como tem vindo a fazer por não ter quadros à altura para fazer essa gestão. Aquilo que se tem verificado é que os quadros não foram formados; não existem pessoas especializadas para fazer essa gestão e, nessa perspetiva, entende que o Chefe de Gabinete não deve andar a fazer aquilo que tem vindo a fazer, de uma forma voluntária, abnegada e dedicada e, descurando aquilo que é necessário que é a assessoria e o apoio ao Gabinete da Presidência e, em particular à atividade do Presidente da Câmara que, faz tudo e mais alguma coisa e, muitas das vezes, tem de andar a resolver problemas de detalhes que deve ser o seu Chefe de Gabinete a desbloquear e resolver e não andar na Logística Municipal a complementar aquilo que, efetivamente, não existe e daí a necessidade de uma chefia intermédia de terceiro grau para que esta situação não continue.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30**

----- Também concorda que devem ser profissionais a gerir os recursos humanos, havendo sempre uma componente política porque nunca irá abdicar da gestão dos seus recursos humanos que é um pelouro que lhe está atribuído e é algo que não deixa de fazer com total respeito pelos trabalhadores, já tendo dado provas disso.-----

----- A insinuação de que devem ser profissionais, aceita-a perfeitamente, mas lamenta que quando as pessoas se esforçam, se dedicam e fazem mais do que aquilo que são obrigadas a fazer depois venham a ser penalizadas. Por isso mesmo é que houve aqui alterações profundas porque também sabe ver, sendo uma pessoa muito sensível às injustiças. Quando as pessoas são injustas para com as pessoas que trabalham, toma medidas muito concretas para resolver injustiças e, sobretudo, para garantir a operacionalidade dos serviços municipais porque a dispersão de comando, de orientações e a falta de liderança intermédia é notória e ostensiva, não tendo de ser o seu Chefe de Gabinete a fazer esse trabalho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, com base na informação dos serviços acima transcrita, deliberou por maioria, com cinco votos a favor - três do Partido Socialista, um do Vereador da CDU e um da Vereadora Alexandra Ferreira - e duas abstenções dos Vereadores da Coligação "Mais por Montemor" aprovar a proposta de alteração ao Regulamento de Organização da Estrutura dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho, documento anexo que se dá aqui como inteiramente reproduzido e que faz parte integrante desta ata.-----

-----Deliberou ainda, nos termos da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto, remeter a presente proposta de alteração ao Regulamento de Organização da Estrutura dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho à Assembleia Municipal para aprovação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

1.3.2. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE**MONTEMOR-O-VELHO PARA 2015**

----- Foi presente uma informação dos serviços que a seguir se transcreve:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

-----“Nos termos do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (adiante designada por LTFP), e auscultados os serviços, serve o presente para informar que: -----

-----1. Para 2015 prevê-se um total geral de 303 postos de trabalho, estando 207 ocupados e 96 vagos. -----

-----2. Em 2014, perspetivou-se um total geral de 303 postos de trabalho, 207 ocupados e 96 vagos. Não obstante a manutenção dos postos atrás referidos, verificou-se o seguinte fluxo de entradas e saídas: -----

-----Saídas: -----

----- - 2 trabalhadores na situação de licença sem remuneração superior a 12 meses.-----

----- - 1 trabalhador por motivo de caducidade de contrato a termo certo. -----

----- - 3 trabalhadores por motivo de aposentação. -----

-----Entradas:-----

----- - 1 trabalhador em regime de comissão de serviço, pertencente a outra autarquia;

----- -5 contratos a termo resolutivo certo, celebrados no âmbito da Proteção Civil (Sapadores Florestais). -----

-----3. Importa que o Executivo Municipal aprecie e remeta à Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho para 2015, que se anexa, elaborada com base nas necessidades manifestadas pelos serviços municipais, no perspetivado para o Orçamento para 2015 e na proposta de alteração da estrutura orgânica.

-----4. Por forma a garantir a satisfação das necessidades dos serviços, e de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 31º da LTFP, estima-se uma verba de 30.400,00 Euros para recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho por tempo indeterminado, previstos e não ocupados na proposta de mapa de pessoal para 2015 que se anexa, nomeadamente para o recrutamento de um Chefe de Unidade – cargo de direção intermédia de 3ª Grau para a Divisão de Ambiente e Obras Municipais e de um Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa) para o setor da Educação.”-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor - três do Partido Socialista, um do Vereador da CDU e um da Vereadora Alexandra Ferreira – e duas abstenções dos Vereadores da Coligação “Mais por Montemor” aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho para 2015, nos termos da informação proposta pelos serviços e remetê-lo à Assembleia Municipal, documento anexo que se dá aqui como inteiramente reproduzido e que faz parte integrante desta ata. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **1.4. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (STIC)** -----

----- **1.5. CONTABILIDADE (SC)** -----

----- **1.5.1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2015**-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, para apreciação e votação do Executivo Municipal. -----

----- Explicou que, mais uma vez, esta proposta não é aquela que gostariam que fosse, no sentido de que ainda está muito influenciada pelos compromissos e pela situação de dívida do Município. Estão a fazer uma reorganização do próprio documento para o futuro, preparando-o para uma gestão mais eficiente e eficaz, até do ponto de vista da contabilidade analítica ou de custos e por isso mesmo se encontram um conjunto de novas rubricas que ainda subsistem com outras e que provavelmente estranharão. É evidente que têm de se manter as rubricas antigas porque existe dívida ou compromisso e, as novas rubricas serão aquelas que se irão manter a partir do momento em que seja eliminada esta situação de compromisso e/ou dívidas. -----

----- Ainda existem compromissos que já deviam ter sido eliminados mas, como é sabido, as exigências têm sido muitas, havendo ainda algum trabalho a fazer nessa parte porque trata-se de compromissos que não são verdadeiros compromissos para executar. -----

----- Informou ainda que, pela primeira vez, foi cumprido o estatuto dos eleitos locais. Foram notificados os partidos que têm assento nos órgãos municipais, não tendo havido nenhum contributo. Honra-o muito o que este Executivo fez: os presidentes das Concelhias foram notificados em tempo com a minuta dos documentos, para poderem influenciar a elaboração dos mesmos com reclamações ou reivindicações, o que não se verificou. A

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

democracia afirma-se por atos e por atitudes, julgando ser uma boa medida tomada pelo Executivo. -----

-----Em relação ao orçamento, se procurarem a intervenção do Chefe de Divisão aquando da reunião de 16 de dezembro de 2013, o que foi dito, repete-se, nomeadamente que o processo de reequilíbrio financeiro e o PAEL estão incluídos no presente documento o que, de certa forma, adultera os valores que seriam mais ou menos consentâneos com a realidade atual mas, como foi dito nessa altura, referindo-se a 22.828.900 €, este valor entra na receita e sai na despesa, anulando-se. -----

-----Se não tivessem que incluir esses valores, por razões técnicas, sendo uma obrigatoriedade, teriam um orçamento de 27.504.000 € que, em comparação com o orçamento anterior, supostamente real, de 30.550.000€, verifica-se um esforço muito significativo no sentido de limpar e aperfeiçoar este documento, estando convicto que logo que se acabem os projetos comunitários em curso e, logo que possam fazer o PAEL, o reequilíbrio financeiro ou outro qualquer instrumento, que o orçamento será radicalmente diferente, estando já a prepará-lo para que possam ter uma gestão mais de acordo com aquilo que pretende e que de certa forma todos pretendem.-----

-----Explicou que existe um conjunto de compromissos e de dívida que naturalmente ascenderão a um valor próximo dos 10.000.000€, que influenciam diretamente este documento. -----

-----Por outro lado, apesar de terem feito uma diminuição acentuada da dívida, é evidente que sem o instrumento financeiro PAEL e reequilíbrio financeiro, não é possível limpar toda a situação. -----

-----O orçamento também contempla um conjunto de rubricas novas que conferem transparência à atuação do Executivo, ou seja, qualquer pessoa pode verificar tanto em previsão de despesa, como depois em relatório de contas, a despesa efetiva: aquilo que o Executivo pretende gastar e aquilo que o mesmo gastou realmente. Os membros deste órgão ou os deputados municipais não terão necessidade de solicitar ao Presidente da Câmara que faça, no futuro, uma demonstração daquilo que se gastou, seja no Festival, nas Festas ou em qualquer evento que se faça. Desde o relatório de contas até ao que foi efetivamente gasto,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30***

os autarcas vão poder seguir o percurso dessas atividades, os custos e se houve ou não desvio, não tendo medo de uma gestão transparente. O caminho é nesse sentido e com a ajuda dos técnicos irão fazê-lo num futuro muito próximo.-----

----- Neste orçamento em particular e, muito por influência do Chefe de Divisão, fizeram uma coisa que é o que deve ser feito em qualquer orçamento: o primeiro documento a ser feito foi o orçamento da receita e fechado sem haver qualquer documento da despesa e isto não era habitual, o que lhe deu uma especial satisfação. No ano anterior não foi assim feito e desta vez já o puderam fazer, embora com muita dificuldade apesar de as coisas que resultam do orçamento da receita serem, na maior parte das vezes, imposições legais, havendo fórmulas fixas e a única verba que está perfeitamente sustentada é a verba previsível da concessão das águas que, como é sabido, tem que lá estar porque é uma solução que está em cima da mesa. No entanto hoje, pessoalmente está muito mais distante dessa solução mas é uma situação sobre a qual ainda não se pode tomar uma decisão porque não sabem qual é o futuro. Esta é a única verba que pode ser contestável mas não há como contornar em termos do que é a solução financeira neste momento e nesta leitura. -----

----- Por imperativos legais, o orçamento teve que ser feito mais cedo e por isso o retrato é feito a final de setembro, estando ainda influenciado por um conjunto de compromissos que são da ação deste Executivo e que estão em curso. Não vão pagar faturas que ainda não estão vencidas para fazer o orçamento, havendo ainda outro tipo de despesas que se pagam em determinada época do ano e que são típicas daquele período em questão.-----

----- Ainda na linha da transparência e do que deve ser feito, estão a assumir o compromisso em muitas rubricas de despesa corrente, nomeadamente eletricidade e combustíveis. De acordo com a Lei dos Compromissos essas rubricas têm que estar compromissadas no início do ano, algo que também não se fazia e que está a ser feito neste momento o que também influencia, de certa forma, o resultado do orçamento que estão a propor, porque estão em setembro e, até ao final do ano, essas rubricas vão ser pagas. Nessa perspetiva também há aqui uma influência que não é displicente porque a eletricidade, por exemplo, representa um valor muito elevado que lá está plasmado. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

-----Por outro lado, também no âmbito da reestruturação das rubricas, deu nota que não é só a transparência que está em causa, é também um efetivo controlo e gestão de stocks. Não poderão fazer gestão de stocks se não tiverem uma definição muito clara das rubricas no orçamento e nas grandes opções e nestes documentos. Nessa senda também de eficácia de gestão é muito importante criar rubricas muito claras e muito específicas para fazer uma gestão de stocks eficaz, dando o exemplo da aquisição das massas, um valor de 300.000€, que passou de despesa de capital para despesa corrente. Se alguém tinha dúvidas, e se no anterior orçamento referiu que a sua intervenção e do Executivo era quase nula, é evidente que aqui, neste orçamento, já há uma intervenção mais profunda, sendo certo que condicionada aos imperativos legais que determinam como é que se calcula a receita, dos compromissos e das dívidas que têm. Existem rubricas concretas que parece que estão dotadas com o que o Executivo pretende despende com aquela atividade mas não é verdade porque o que pretende gastar é uma coisa, o que está comprometido e como dívida é outra e é sempre a somar. Aliás, é automático, uma vez que o próprio software introduz os valores automaticamente. Por vezes até se indignou com algumas situações porque nem sabem porque é que a máquina introduz aqueles valores mas posteriormente os técnicos esclarecem o porquê de estar em determinada rubrica certo valor que não foi o proposto por si.-----

-----Ainda não se consegue ter uma estabilidade no orçamento, mas é aquele que é possível e são estas as considerações que faz do mesmo, estando recetivo às críticas e a algum aperfeiçoamento que queiram ver feito. -----

-----Usou da palavra o Vereador Aurélio Rocha informando que quer dar o louvor ao Presidente quando refere que iniciou o documento pela receita, julgando que é assim que deve ser feito. Deve-se começar pela receita e depois sim, ajustar a respetiva despesa, porque se começarem pela despesa estão a desvirtuar todo este processo. Esclareceu que no seu dia-a-dia e no seu próprio orçamento familiar também deve ser assim que se deve proceder.-----

-----Relativamente ao orçamento, e no que diz respeito à receita, realçou o valor que lhe é dado a conhecer sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis. É um valor que é bastante superior e bastante significativo relativamente ao ano 2014, referindo que o imposto sobe cerca de 1.100.000€, referindo que aquando da taxa do IMI, não foram exatamente estes valores que

87

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30***

lhes foram apresentados ou seja, provavelmente o Executivo não estaria munido desses valores ao tempo, dando o benefício da dúvida sobre essa matéria porque quando a sua bancada referiu que se poderia baixar a taxa para o ano seguinte, foi-lhes dito que a evolução do imposto não seria aquela que seria exetável mas, de facto, hoje, os valores que lhes são dados a conhecer é bastante significativo, sendo um valor de 2.700.000€.

----- Ainda sobre a questão da receita, no ponto seguinte, também já o Senhor Presidente falou sobre ela que tem a ver com a verba significativa de 5.000.000€ que estão colocados nos bens de domínio público em que referiu que é a concessão das águas. Obviamente que o senhor Presidente já lhe deu a resposta que pretendia, dizendo que tem de lá estar espelhada apesar de, cada vez mais, o Senhor Presidente se afastar desta possibilidade da concessão no entanto, provavelmente, dará jeito ao Executivo a aplicação da verba no documento para fazer face ao mapa das despesas que virão a seguir.

----- Sobre o Fundo de Equilíbrio Financeiro solicita uma resposta porque, pelo que constatou, há um abaixamento nesta verba. O Município irá receber menos do Fundo de Equilíbrio Financeiro relativamente aos anos anteriores, pelo menos é a opinião que tem relativamente aos elementos que lhe foram fornecidos, questionando qual o motivo.

----- Sobre a questão da receita há ainda a questão do PAEL que entra na receita e sai na despesa, pelo que não valerá a pena falar sobre ele.

----- Relativamente ao mapa das despesas e no que diz respeito à rubrica 010109 – pessoal em qualquer outra situação que espelha um valor de 289.400€, questionando qual é o pessoal que está enquadrado naquela rubrica.

----- Na aquisição de bens de capital, há um valor bastante elevado na questão dos viadutos e arruamentos, sendo um valor demasiado elevado, parecendo-lhe que irão ter dificuldades em conseguir uma taxa de execução “simpática”.

----- Solicita ainda uma explicação, até porque na sequência do referido pelo Senhor Presidente em que se persegue a transparência, sendo ele também um dos defensores da mesma, existem duas rubricas que, a seu ver, estão demasiado elevadas – rubrica “outros” - classificação 07010413, que têm 1.030.200€, bem como a classificação 07011002 da rubrica “outros”, no valor de 1.086.900€. Existem outras rubricas com a mesma denominação mas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

que contêm valores com pouca relevância, mas estas rúbricas referidas por si, poderão levar a que no futuro se questione. -----

-----Passando às Grandes Opções do Plano, na Administração Geral e no que diz respeito aos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, pede desculpa mas, as Juntas de Freguesia para este Executivo, apesar de lhe ser dado um pouco mais do que foi no ano corrente, continuam a ser os parentes pobres, julgando que as Juntas de Freguesia, através destes acordos de execução, deviam ser mais apoiadas. -----

-----Relativamente à ação Social, parece-lhe bem o valor espelhado das Bolsas de Estudo, julgando que os 50.000€ inscritos terão retorno para o Concelho, desde que as bolsas sejam devidamente distribuídas e devidamente aplicadas pelos seus recetores, parecendo-lhe que devem continuar a perseguir estas ajudas ao nível das Bolsas de Estudo, julgando ser uma boa metodologia que devem continuar a melhorar até.-----

-----No Ordenamento do Território, passou diretamente ao Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras (Arazede/Meco), informando que gostava de ouvir o Senhor Presidente da Câmara sobre o assunto. Ao longo do presente mandato, havia uma rúbrica com este mesmo nome em que não tinha estes valores, era uma obra cofinanciada. É certo que não teria as expropriações, nem o visto do Tribunal de Contas, no entanto, é a única obra que nos aparece nas GOP, em obra, que passa para além de 2015, chegando a 2017. Estes valores ficam muito aquém do que era no passado. Questionou se a obra não tem nada a ver com o que era no passado e se o projeto é outro, informando que gostava de ser devidamente esclarecido sobre esta obra. -----

-----Relativamente ao Saneamento, parece-lhe que é visível no documento, continua e, a seu ver, bem, o investimento nesta área pelas diversas freguesias do Concelho, quer ao nível das redes e das ETAR's. Esta era uma área em que eram reféns da questão do saneamento e, a seu tempo, irão ficar com uma cobertura de praticamente todo o Concelho, ficando aquela parte de Arazede (Norte), que, julga, que não haverá projeto para lá, reconhecendo que será difícil a sua execução física. -----

-----Na Cultura, existem dois pólos importantes. Um é o Festival do Arroz e da Lampreia, que nada tem a dizer relativamente aos valores espelhados. Outro são as Festas da Vila que,

65
P.**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30***

somando todos os valores distribuídos pelas diversas rubricas, dá um total de 200.000€. Quando há uns meses atrás, falaram sobre as festas de 2014, foi referido que se deveria dar o benefício à prata da casa, às associações, que deram uma resposta acentuada e, foi muito bom. Quer as Juntas de Freguesia, quer o tecido associativo contribuíram mas, pelos valores aplicados para o ano 2015, julga que a aposta poderá continuar na prata da casa mas, irão ter algo mais que a prata da casa. Irão ter, a seu ver, umas festas com outra envergadura, que neste período de alguma contenção, a deveriam ter também, no período das festas.-----

-----Relativamente ao programa de apoio à atividade regular e no que diz respeito ao Associativismo, julga que a verba devia ser aumentada. Sentiu um ligeiro aumento, subindo 2.700€, passando de 54.000€ para 56.700€.-----

-----No que diz respeito ao Desporto, também verificou uma ligeira melhoria na verba atribuída, passando de 66.000€ para 69.300€, reconhecendo que o Senhor Presidente da Câmara terá tentado passar a imagem de que apesar das dificuldades, se está a tentar dar alguma coisa mais, julgando que deveria ser mais expressivo.-----

-----Ainda no que diz respeito ao Desporto, questiona se o Barco Multifunções (Ceifeira Aquática) e as Bancadas Amovíveis são para adquirir. -----

-----Sobre a Industria e Energia, está espelhado o Polo Logístico e Industrial de Arazede, remetendo para a sua declaração de voto, o valor que lá está. Realçou o valor do prolongamento de redes elétricas, referindo que é bom que se prossigã este prolongamento das redes mas, julga que se devem acautelar e minorar os desperdícios que têm na rede pública elétrica, explicando que na noite anterior passou num caminho secundário, em que não existe uma única habitação; são vários quilómetros em que não existe nada, em que poste sim e poste sim existe o candeeiro aceso, julgando que se podia poupar de algum lado para melhorar nos prolongamentos que, de facto são necessários e, até por uma questão de segurança, principalmente junto às residências, deviam perseguir esse objetivo de levar a rede elétrica pública a todo o lado.-----

-----No que diz respeito aos Transportes – conservação e reparação de caminhos e de estradas e arruamentos e caminhos municipais, houve uma alteração entre o primeiro esboço que lhe fizeram chegar e o documento final. Referiu o caminho agrícola – ligação da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

Carapinheira a Meãs e Formoselha, em que de acordo com o documento anterior tinha 250.000€ em que tem 50.000€ para 2015 e 200.000€ para o ano 2016, pelo que deduz terá havido uma decisão, por parte do Executivo de fazer toda a intervenção naquele caminho, em 2015, apesar do valor ter baixado. Parece-lhe que aquela obra e, já tinha chamado a atenção em reuniões de Câmara anteriores, é uma intervenção prioritária, parecendo-lhe bem. Sobre a outra ligação de Tentúgal a Pereira, questiona-se porque o valor da intervenção é superior à anterior mas, parece-lhe que a intervenção não é tão necessária quanto a outra. -----

-----Sobre todos os outros valores espelhados ao longo das freguesias, nos arranjos de conservação e reparação de estradas e arruamentos, todas as freguesias são contempladas, bem como as passagens pedonais sobre a Linha do Norte, quer a passagem inferior, quer a passagem superior, são relativamente próximas uma da outra, sendo valores elevadíssimos que estão espelhados bem como a intervenção no pontão de Lavariz e da Estrada Municipal. Somando pelo valor que lá está são 3.160.000€, parecendo-lhe que é um valor em que será muito difícil chegarem a uma taxa de execução, questionando, pelo orçamento que se conhece, onde é que irão libertar verba para executar tanta obra como ali está espelhada. ---

-----Esclareceu ainda que não se vislumbra nas Grandes Opções de Plano para 2015-2018, para os anos futuros uma grande intervenção, sendo que a única obra que ultrapassa as fronteiras do ano 2015 é a Variante de Arazede e por isso a sua bancada irá votar contra, quer o orçamento, quer as grandes opções do plano.-----

-----Retomou a palavra o Presidente da Câmara dando a palavra aos técnicos presentes na reunião de Câmara para que os mesmos respondam às questões interpostas, solicitando que se faça um pequeno enfoque em como é que se calculou a receita do IMI e se havia ou não uma errada previsão no orçamento de 2014, ou seja, aquilo que parece ser um aumento, na realidade pode não ser.-----

-----Usou da palavra o Técnico Cristiano Santa Rita informando relativamente ao IMI que a previsão feita e o que diz o POCAL é que para receitas correntes, nomeadamente resultantes de impostos, taxas, a previsão que se pode inscrever é resultante da média aritmética simples de receitas cobradas nos últimos 24 meses. Contudo, com a alteração que o POCAL sofreu em 2000 ou 2002, há necessidade e, neste caso como tiveram o conhecimento da Autoridade

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30**

Tributária que comunicou o aumento do IMI resultante da reavaliação dos prédios que foi levada a cabo, que poderão considerar o valor não resultante da média mas, havendo um estudo ou algo que lhes diga que podem considerar outro valor. -----

-----O valor inscrito no orçamento para 2014, foi o valor resultante da média aritmética simples. Não havia qualquer comunicação nesse sentido e, portanto, o valor inscrito foi aquele. Efetivamente foi arrecadada mais receita do que aquela que foi prevista mas, o POCAL refere que se pode arrecadar mais receita do que a prevista, não se pode é arrecadar se não estiver prevista uma determinada receita.-----

-----Como tiveram esta comunicação da Autoridade Tributária, o que fizeram para este orçamento de 2015 foi pegar no valor recebido em 2013 e a esse valor foi somada a previsão do aumento que foi comunicada, ou seja, aproximadamente um acréscimo de 600.000€, não resultando da média aritmética simples.-----

-----Quanto aos valores dos FEF's, os valores inscritos na proposta de orçamento são, sem tirar nem por, os valores que constam na proposta do orçamento de estado para 2015. Esses valores foram consultados no site da DGO, no mapa 19, onde consta as transferências para os Municípios, a nível de FEF corrente, FEF de capital, IRS e Fundo Social Municipal. Portanto os valores aí inscritos, são os valores que resultam da proposta de orçamento de estado para 2015. - -----

-----No que diz respeito à despesa, no que concerne à questão do pessoal em qualquer outra situação. Neste tipo de rubrica incluem-se os CEI's. Resulta da parte política de colocar mais ou menos pessoas nessa situação e porque o Município não pode contratar. Aliás, o próprio orçamento de Estado para 2015 prevê a redução de 3% de pessoal.-----

-----Quanto à questão das GOP's e à questão da rubrica de equipamento básico –“outro”- 1.086.000€, esses valores que se vêm no resumo é o resultado de todos os investimentos que são feitos de várias funções (ação social, obras, entre outras), ou seja, esse é o resumo e, como o Senhor Presidente já referiu e bem, esses valores muitos deles não quer dizer que sejam investimentos novos. Resultam é de compromissos que foram assumidos e ainda não têm realização ou então que já têm realização e não estão pagos e que o próximo orçamento terá

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

que prever; exemplo disso é a obra do PLIA que tem 830.000€ de compromisso. -----

-----A rubrica 07011002 – “Outro” é equipamento básico e o plano de contas está dividido em “equipamento de recolha de resíduos sólidos” ou “outro”, ou seja, todo o equipamento básico que se pretenda adquirir, que não seja equipamento de recolha de resíduos, vai para outros. Basicamente essa rubrica contém aquisição de contadores, aquisição de equipamentos do CAR, etc. -----

-----Explicou que há um classificador, que está previsto e tem de ser respeitado, ou seja, pode-se desagregar mas não de forma aleatória, ou seja, a própria DGAL limita a desagregação. Foi desagregado o equipamento básico em duas contas, a de “equipamento de recolha de resíduos sólidos” e “outro”. -----

-----O valor inscrito está intimamente ligado às GOP's ou seja, quando começaram a fazer o documento, começaram por elaborar o orçamento da receita mas, quando começaram a elaborar a parte da despesa, começaram pelas GOP's porque ao carregarem os valores nas GOP's, estes são automaticamente transpostos para a despesa. Só acrescentando na despesa o que é extra GOP's. Todas as rubricas da 07, nada é extra GOP porque são investimentos, sendo uma parte muito política que o Executivo quer levar a cabo. -----

-----Explicou ainda que na página 13 das GOP do equipamento básico (outro), no CAR existe a plataforma flutuante e barcos de apoio que tem essa classificação, ou seja, se consultarem as GOP's, os “Outros” estão descodificados. -----

-----Relativamente ao Eixo Viário, os valores inscritos resultam de compromissos e de dívidas. -----

-----Por último explicou que relativamente às Festas da Vila, ainda há valores em dívida, pelo que a rubrica tem de incluir o que o Executivo prevê realizar, mas também as dívidas que ainda existem. -----

-----O orçamento, este ano, foi elaborado face ao artigo 45.º da nova Lei das Finanças Locais, sendo reportado ao dia 30 de setembro. À data de hoje (30 de outubro) ainda existe em dívida 26.410,52€ referente às Festas da Vila. -----

8. 69

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30***

-----Relativamente às passagens pedonais, há um compromisso de exercício futuro de 246.500,00€ que vem do anterior Executivo.-----

-----Retomou a palavra o Presidente da Câmara informando que na sequência da intervenção do Vereador Aurélio Rocha relativamente ao IMI, houve a preocupação de colocar os valores reais, até porque se estava falsamente a criar a ilusão de que haveria um grande aumento e o que houve foi uma errada previsão para 2014. Para que se apure de uma forma mais verídica, os valores que estão inscritos neste orçamento são os que resultam da previsão da AT, que informa ser possível haver um aumento de 600.000€ e daquilo que foi recebido pelo Município no ano de 2013, não sendo motivo de comparação com os anos anteriores porque essa comparação é falaciosa, visto que resultava de uma previsão a 24 meses que, na prática, não se traduzia no valor correto porque a cobrança era sempre superior à previsão.-

-----Explicou que há uma questão fundamental que não se pode esquecer: este Executivo não pode diminuir cobrança de receita, é um sinal de irresponsabilidade que se passa para o exterior, julgando que a insistência que é feita nesta redução, ainda que simbólica, é perfeitamente descabida.-----

-----Quanto à questão dos 5.000.000€, apesar de já se ter pronunciado sobre ela, informou que não é uma questão de dar jeito, de ser importante para o Executivo colocá-la na receita. Explicou que têm que resolver o problema financeiro da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, seja por via do PAEL, do Reequilíbrio Financeiro ou por via de qualquer outra receita extraordinária que tenham que fazer, não podendo continuar na situação de desequilíbrio estrutural. Informou ficar muito frustrado e assumirá a sua derrota pessoal se tiver que utilizar alguma vez este dinheiro. No entanto, o mesmo tem de lá estar em previsão porque as soluções ainda não estão encontradas, desconhecendo se pode viabilizar a situação pelo Reequilíbrio, não sabendo se têm de ir obrigatoriamente ao FAM. Porém, se tiverem de ir ao FAM, não tenham ilusões porque o Presidente da Câmara deixará de mandar, ou seja, alguém há-de dizer o que é que o Presidente da Câmara tem que fazer porque irá receber diretivas muito precisas, também em relação a estas questões da água.-----

-----O abaixamento do FEF tem a ver com a forma como este Governo de maioria PSD/PP trata as Autarquias Locais não só na questão financeira mas também nos ataques

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

permanentes à autonomia local do Poder Local, sendo este mais um exemplo da forma como os Municípios estão a ser tratados por este Governo. Portanto, o Vereador devia falar com os colegas do seu partido e ser solidário na luta contra estas pessoas que, em Lisboa, têm o total menosprezo pelos autarcas como ele e como o Vereador.-----

-----Nas despesas com o pessoal em outras situações, efetivamente há um aumento. Explicou que os CEI's e os estágios, são um complemento importantíssimo e vital para garantir a operacionalidade da Câmara Municipal.-----

-----Esta situação deve-se a uma política de recursos humanos errada do passado que encheu o edifício da Câmara Municipal quando lá fora se precisa de operacionais, que nunca foram substituídos. Nunca houve uma verdadeira política de gestão de recursos humanos capaz de prever o futuro e de garantir a operacionalidade da Câmara Municipal e os CEI's são muito importantes porque julga que a Câmara também tem que ter uma função social. A função social que têm, ao garantir que as pessoas possam trabalhar na Câmara, é para si motivo de orgulho. Nos últimos dias lutou para que as dotações da despesa diminuíssem, em particular as de pessoal, sendo intransigente mas nesta tem orgulho por ser uma função social que a Câmara Municipal presta aos munícipes, sendo quase exclusivamente pessoas deste Concelho. -----

-----Relativamente aos acordos de execução com as Juntas de Freguesia há um acerto para mais, informando que estão muito perto do que era dado pelo anterior Executivo há dois anos atrás, explicando que continuam com a mesma política, tanto nesta rúbrica, como no apoio ao associativismo, que é de pagar efetivamente, lamentando que tenha sido este Executivo a pagar parte dos compromissos que foram assumidos pelo anterior Executivo, lembrando que ainda há muitos compromissos para pagar que nem sequer são exequíveis, como no caso do Seixo, que são 70.000€. -----

-----Explicou que o atual Executivo tem a política de não prometer mas de assumir e cumprir, estando a fazer um grande esforço para pagar no ano a que dizem respeito.-----

-----Esta sua resposta também é válida para o associativismo, sendo sinais que se dão. Ficaria feliz se pudesse aumentar estas verbas, mas não pode. Poder-lhe-ão dizer que se poderiam cortar outras rúbricas, mas foi-lhes facultado o esboço do orçamento, não tendo

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30**

visto nenhuma proposta. É preciso ter coragem para dizer para não se fazer uma obra e aumentar a verba para as Juntas de Freguesia.-----

----- Quanto à questão do Eixo Viário de Arazedo, foi um compromisso que assumiu e essa situação tem que ser resolvida. O anterior Executivo tinha o bom hábito ou mau hábito de utilizar o orçamento para garantir e alimentar a promessa que tinham feito. Ele não tem esse hábito, gostando mais de prever, de negociar com os Presidentes de Junta e executar. O truque da promessa plasmada nas GOP ou Orçamento não é utilizado por si, mas se pudesse fazia já amanhã essa travessia de Arazedo, podendo contar com a sua solidariedade se tivesse dinheiro e pudesse pagar, lamentando que não tenham tido esta postura há 10, 12 anos atrás.

----- Quanto à questão do Desporto, é mais uma vez, o aumento possível. -----

----- Quanto ao Barco multifunções e às bancadas amovíveis, apesar de já ter sido esclarecido, informou que se conseguiu uma reprogramação da candidatura com financiamento a 85% destas duas rubricas, explicando que o barco multifunções servirá para limpar as algas e as bancadas amovíveis servirão para que as pessoas não se sentem na relva.

----- Explicou ainda que o trator não é financiado e não será para adquirir, porque receberam ontem a resposta de que não será financiado. -----

----- O estudo de eficiência energética está feito, uma das medidas tomadas logo no início. Está demorado porque deram indicações à EDP para fazerem desligamentos e queriam fazer os prolongamentos depois de garantir os desligamentos em conformidade com o plano de eficiência energética. -----

----- Explicou que têm em arquivo todo um conjunto de pedidos de extensões de rede, inclusivamente se o Vereador entender que há alguma situação que merece extensão de rede, agradecia que fosse comunicada por escrito para ir para o arquivo porque nada disso está esquecido e, no momento certo, irão avançar, desde que se justifiquem. Não é justificável o prolongamento de rede para uma casa isolada, havendo situações dessas. Se as pessoas querem construir em locais isolados, têm que assumir os custos dessa opção, não podendo o Município ficar com o ónus do pagamento dessa opção. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

-----Relativamente à conservação e reparação de caminhos, explicou que são compromissos que existem que ainda não foram eliminados nem ponderados pelo atual Executivo. -----

-----Usou da palavra o Vereador Jorge Camarneiro informando que depois desta conversa partilhada, muitas das coisas estão, no essencial, esclarecidas.-----

-----Há algumas verbas que não consegue perceber com rigor, sendo certo que têm mapas sintéticos, mapas pormenorizados e nem sempre tem a capacidade de poder analisar detalhadamente todos os mapas da mesma forma como fazem os serviços e quem ali está a tempo inteiro, julgando que há perguntas legítimas, embora, não estejam com isto, a por em causa, o rigor técnico da elaboração do orçamento.-----

-----Quando vê em limpeza, mais de 2.000.000€, interroga-se porquê, se pagam à ERSUC cerca de 600.000€ por ano, para onde irá o restante valor. Explicou que, seguramente estão explicados nos mapas que ainda não teve oportunidade de analisar com detalhe. -----

-----Julga que poderia haver uma tentativa de ajudar mais porque a decisão e a responsabilidade da decisão que é tomada hoje é de quem vota e não dos serviços do ponto de vista técnico, do rigor técnico mas, de quem vota e a simplificação da informação para quem tem que decidir e analisar os documentos em dois dias é fundamental, não bastando dizer que havia informação há mais tempo. Havia sim um esboço, uma previsão, mas se, por exemplo, para a receita tinha referência ao orçamento 2014, em comparação ao que está previsto para 2015, já em relação à despesa tem só relativamente a 2015, tendo de se fazer um trabalho que demora semanas de ir buscar os anteriores orçamentos, os anteriores relatórios de contas para ver quais são os compromissos que transitam de um ano para outro, não sendo fácil perceber, com rigor, quais são os valores que são compromissos do Executivo anterior e quais são as propostas, ou seja, o que é acrescentado pelo atual Executivo. Muitas vezes resulta numa certa trapalhada, mesmo para quem está habituado a lidar com números, com orçamentos, com contas, não sendo muito fácil interpretar este labirinto da contabilidade pública. -----

-----Relativamente à questão do IMI, confessa estar assustado porque o Concelho irá sofrer um grande aumento do IMI nos próximos dois anos. Já teve oportunidade de referir que se

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30**

recusou a apoiar alterações demagógicas de um décimo nesta taxa. Na altura, fez a pergunta ao Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, qual a perspectiva da previsão da receita à qual não lhe soube responder. Não o preocupa que o Município encaixe um valor muito maior, o que o preocupa é a origem desse valor que, infelizmente, no caso do Concelho de Montemor-o-Velho, há-de provir de pessoas com grandes dificuldades económicas e que irão ser confrontadas, muitas vezes, com a impossibilidade de pagar as suas casas, e em 2016 serão confrontados com situações muito complicadas de incumprimento ou de incapacidade de pagamento desse IMI.-----

-----Em relação às transferências, não é novidade para si que possam baixar. Com a vontade que o Governo tem para salvar bancos falidos e empresas com rendimentos de monopólio, naturalmente vêm roubar aos Municípios, a pouca fonte de receita que ainda vão tendo, sejam as águas, os resíduos ou outros e, enquanto não forem transformados em capatazes de território ou regedores de território (como havia antigamente) não descansa.--

-----Este é o novo negócio, mandaram a indústria para a China, para a Índia e para o Oriente e algum negócio terão que manter nas suas mãos.-----

-----Não percebe qual a justificação do valor da manutenção de instalações municipais; a limpeza e higiene também é um valor significativo, sendo certo que a ERSUC vale 600.000€.-

-----Falando em abstrato, acha exagerado, no panorama que vivem, e num concelho como este, terem 605.000€ para estudos, projetos e consultorias. Poderão haver compromissos anteriores mas como não tem condições para saber, a não ser fazendo um trabalho de investigação.-----

-----Nos juros e encargos, referiu que há uma verba de 600.000€ - Outros - que lhe parece que deve ser para juros de mora, que se trata de 20% de receitas de capital.-----

-----Refere estar esclarecido relativamente aos outros na aquisição de bens de capital.-----

-----Esclareceu que existem obras que têm passado de ano para ano, mas, apesar de tudo, lamenta não ver nenhuma referência à Rua 25 de Abril, em Montemor-o-Velho, que este ano faz 40 anos e que podia ter sido simbolicamente arranjada porque é rua que não vê arranjo há mais de 30 anos, sendo certo que está numa zona de expansão da vila e merecia ter melhor sorte do que a que tem tido, assim como os seus habitantes.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

-----Nos encargos com as instalações, existe 1.524.000€, limpeza e higiene 2.392.000€ e na conservação de bens tem 681.000€, sendo valores importantes com dimensão que, por vezes, poderiam merecer um desdobramento ou uma melhor justificação, que eventualmente estará nas GOP, devidamente compartimentada.-----

-----Não quer fazer demagogia com este orçamento, reconhece e considera, aliás têm saído agora uns comunicados, quer do Município, pagos pelo mesmo, quer do PSD, distribuídos pela internet, em que se volta ao mesmo tema da dívida de qual é a dívida real e verdadeira e de quem é que está a dizer a verdade sobre a mesma. Confessa que poderia votar este orçamento da forma como entendesse, não o vai fazer da forma fácil como a Coligação, esquecendo-se das responsabilidades que tem ainda na elaboração do orçamento, ainda que indiretamente. Não vai dizer que este orçamento foi feito apenas por imposição e obrigação das responsabilidades anteriores, porque também há acrescentos mas, infelizmente, não vê no orçamento, mesmo naquela parte em que o Município teria possibilidade de disponibilizar alguns montantes/verbas porque o orçamento tem uma pequena componente que é já da responsabilidade do Município, que haja traduzido em investimento, que se esteja a dar prioridade a uma verdadeira promoção e divulgação do Concelho. Julga que o Concelho de Montemor, tendo um Parque Industrial, praticamente desocupado, um Parque Logístico em fase final de construção, tendo um potencial enorme do ponto de vista turístico: monumental, patrimonial, histórico, gastronómico, sendo bom viver em Montemor-o-Velho, julgando que se devia ter feito duas coisas: eventualmente ter feito um debate aberto, descomplexado, em que se pudesse discutir sem preconceito ou complexo porque Montemor-o-Velho carece de um plano de desenvolvimento que seja possível acertar entre todos, e, também, julga que este orçamento peca por falta de maior agressividade de promoção da vila e do Concelho de Montemor-o-Velho, este é o seu sentimento. A vila de Montemor-o-Velho, muitas vilas do Concelho, como Tentúgal, estão desertas, contrariamente a outras zonas como Pereira e outros sítios que são pessoas estranhas, sendo nossa responsabilidade hoje trazer os jovens, fixá-los e, trazer outras pessoas que queiram ter esta condição boa de vida, parecendo-lhe ser isso que falta. -----

47
f.**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30***

----- Ir-se-á abster na votação do orçamento porque há um ano atrás prometeu a si mesmo, independentemente da evolução do relacionamento com o Partido Socialista, que não votaria mais num orçamento que fosse obrigado a recorrer à "ficção" da receita, sendo essa a razão fundamental. -----

----- Retomou a palavra o Técnico Cristiano Santa Rita informando que à semelhança das GOP, da parte do investimento, na despesa corrente voltam a ter a mesma situação: na limpeza e higiene, entre dívida e compromissos que estão assumidos, têm um valor de 1.050.000€. Esclareceu uma vez mais que se reportaram a 30 de setembro, havendo todo um trimestre que não está incluído, explicando ainda que esta rubrica para além da ERSUC, engloba a limpeza dos edifícios municipais, a lavagem e desinfeção de contentores, entre outros. -----

----- Relativamente à questão dos juros informou que continuam a aplicar-lhes juros de mora pois a lei assim o prevê. A taxa prevista para este semestre é 7,15%. A ERSUC, aplica juros mensais pelo atraso nos pagamentos, assim como outras entidades. Essa rubrica, em dívida, tem quase 500.000€. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara informando que as questões técnicas estão esclarecidas. -----

----- Em relação às propostas efetuadas pelo Vereador, nunca deixou de estar recetivo. ---

----- O Vereador Jorge Camarneiro, que tem pelouros atribuídos, não informou que as reivindicações dos seus serviços foram atendidas e respeitadas, assim como o seu contributo para este orçamento. -----

----- Em relação à promoção do Concelho, julga que estão a fazer esse trabalho, dentro das limitações, como deve perceber, porque quando as pessoas têm dificuldades e quando têm infraestruturas municipais que carecem de reparações urgentes, nomeadamente as infraestruturas da água, não é fácil justificar às pessoas que se gasta dinheiro em promoção e em eventos que pela sua natureza são eventos imateriais com alguma festa à mistura. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

-----Por ter consciência disso, centralizaram a promoção no Festival e nas Festas Concelhias e conjugam todos os interesses em presença. Para além disso, estão a gastar pequenas verbas, que são muito significativas no impacto, criando algumas mais valias para este desígnio. -----

-----Informou que está disponível para o debate. -----

-----Julga que é injusta a crítica de falta de agressividade na promoção do Concelho porque é a agressividade que é possível. Se este Executivo tivesse dinheiro, naturalmente que teria outra agressividade, teria outro tipo de atuação.-----

-----Quanto ao sentido de voto, cada um é livre de o fazer no sentido que entender sendo certo que há uma ideia que está a passar, de receitas fictícias, que não corresponde à verdade e que já foi explicado com clareza. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com quatro votos a favor - três do Partido Socialista e um da Vereadora Alexandra Ferreira - dois votos contra dos Vereadores da Coligação “Mais por Montemor” e uma abstenção do Vereador da CDU, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, documento anexo que se dá aqui como reproduzido e que faz parte integrante desta ata.-----

-----Mais deliberou remeter este documento à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----Seguidamente foram apresentadas as declarações de voto que adiante se transcrevem: -----

-----**Declaração de voto da Coligação PPD-PSD/CDS-PP “Mais por Montemor:**-----

-----“Considerando que,-----

-----Tendo terminado o primeiro ano de governação do novo ciclo de gestão autárquica no Município de Montemor-o-Velho, liderada pelo Partido Socialista com uma maioria sustentada por um acordo com a CDU e ainda no decorrer do ano de 2014 reforçada com um recurso a uma vereadora dita independente, é chegado o momento da dita maioria, apresentar novas ideias, novas prioridades, novas estratégias, novas opções, ou seja uma nova visão de desenvolvimento municipal. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30**

-----Pela análise do documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, o que se denota é o vazio no que diz respeito a estas matérias.-----

-----Para além disso podemos afirmar que o documento apresentado, é uma vez mais deficitário ao nível da documentação, pois apenas é feita a apresentação técnica que não é suportada com as respectivas explicações adicionais que contribuiriam para uma melhor elucidação dos investimentos a realizar e do que poderá ser o futuro do município nos próximos anos. - -----

-----Considerando que,-----

-----No ano de 2014, têm sido apresentados sinais que nos apontam para uma melhoria da conjuntura económica, sendo certo que ainda existirá um longo caminho a percorrer até atingirmos a tão almejada estabilidade económica e social, importa desde já ver reforçada a aposta nos sectores sociais, com implementação de novas medidas, atenuando fenómenos de pobreza e exclusão, promovendo deste modo a inclusão de cidadãos pertencentes a estratos sociais desfavorecidos.-----

-----Considerando que,-----

-----Um dos maiores, quiçá o maior flagelo da nossa sociedade é o desemprego, deveríamos em nosso entendimento fomentar a criação de postos de trabalho, através da fixação de novas empresas e auxiliar aquelas que já se encontram instaladas no concelho.-----

-----Esta deveria ser uma das prioridades do actual executivo municipal.-----

-----Lamentavelmente, não verificamos no Plano e Orçamento para 2015, estratégia que venha a alterar esta área tão sensível e fundamental para o desenvolvimento do nosso concelho e tão desejada pelos nossos munícipes.-----

-----Considerando que,-----

-----Neste âmbito, foram criadas duas zonas industriais, que anteriores executivos, com um forte investimento e numa visão de futuro em termos de empreendedorismo e empregabilidade, garantiram a possibilidade de fixação imediata de empresas.-----

-----Considerando que,-----

-----Na última década, foram efetuados grandes investimentos em outras áreas, donde destacamos a requalificação de diversos núcleos urbanos e das principais vias de comunicação,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

bem como o melhoramento das infra-estruturas de abastecimento de água e principalmente do saneamento básico, que permitiram que Montemor-o-Velho se transformasse num concelho muito mais desenvolvido e que hoje seja mais atrativo para a fixação de pessoas. ---

-----Considerando que, -----

-----O actual executivo se esconde atrás daquilo a que chama “excesso de endividamento”, hipotecando assim o futuro do concelho não podemos deixar de denunciar esta postura que tem vindo a ser adoptada nestes últimos tempos, postura essa que apenas serve para camuflar uma completa falta de estratégia e de plano para o desenvolvimento do município, como é desejável por todos os Montemorenses. -----

-----Pelo exposto e porque consideramos que a presente proposta de Plano e Orçamento para 2015 não demonstra qualquer estratégia inovadora, ou seja, não traz nada de novo, no que respeita aquilo que deveria ser a aposta na criação de riqueza para o nosso concelho, apenas se vislumbrando uma estratégia de “navegação à vista”, o sentido de voto da Bancada da Coligação “Mais por Montemor” não poderá ser outro que não o de voto contra.”-----

-----Declaração de voto da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV:-----

-----“Plano e Orçamento 2015 - Equívoco e Ficção?-----

-----Chegámos mais uma vez ao momento de votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, desta feita para o ano de 2015.-----

-----E voltamos a assistir à necessidade de nova engenharia orçamental, tal como no orçamento correspondente ao ano que está a decorrer!-----

-----Em primeiro lugar, porque, tal como na aprovação do orçamento corrente, continuamos prisioneiros de opções, dívidas, compromissos, arranjos e números definidos pelos anteriores executivos, que são maus e mantêm refém o orçamento para 2015, sem que para eles eu e a CDU tenhamos contribuído minimamente, ou com eles possamos contar para desenvolver o concelho ou os Pelouros que nos estão confiados; -----

-----Em segundo lugar, porque durante este primeiro ano de mandato, a actual gestão não foi capaz de se desprender das amarras do passado, voluntaria ou involuntariamente, e das interpretações e pareceres técnicos, muitas vezes de alguns dos mesmos responsáveis pelos erros então cometidos, nem foi capaz de resistir a decisões igualmente duvidosas, ou de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

legalidade duvidosa, dos protagonistas recém-chegados, trazidos pelo Partido Socialista, ou dos protagonistas reciclados da anterior onda laranja, hoje indefectíveis defensores da maré rosa, que lidam mal com os procedimentos da administração pública e as regras concursais, que a lei impõe e a boa gestão aconselham, nem, finalmente, foi o PS capaz, dado que não tem programa nem fez promessas eleitorais (segundo diz...), de procurar discutir com as demais forças políticas, económicas e sociais, no sentido de traçar um rumo ou um programa de desenvolvimento devidamente fundamentado e sustentado para o concelho, apenas procurando apoios casuísticos e parciais em causas avulsas, guardando para si, ultimamente em segredo, praticamente todas as decisões sobre a vida do município; -----

-----Em terceiro lugar, porque, com o quadro Comunitário em fim de vida, não pode o município deixar de lançar ou concluir os projectos nele contemplados, o que o deixa praticamente sem folga para outros projectos e investimentos que poderiam ser, nesta fase, bem mais úteis aos cidadãos e ao concelho! -----

-----A saber:-----

----- a divulgação em grande do potencial turístico e monumental do concelho, -----

----- a intensificação da promoção da oferta de instalações e terrenos para a implantação de empresas industriais, agrícolas, comerciais e de mais serviços, -----

----- a construção de uma incubadora de micro e pequenos projectos empresariais e unipessoais, -----

----- a indispensável internacionalização do Centro Náutico, em toda a sua plenitude e potencial, sem termos de ficar envergonhados com a falta de água quente no inverno, assim como de condições para a correcta manutenção do sistema de balizagem da pista. Mas faltam também uma rede eléctrica capaz e instalações sanitárias na Torre de Controle e ao longo da Pista, acessos de serviço adequados ao miolo da pista. Os equipamentos de spa ali instalados e pagos a peso de ouro não estão em condições, tal como o piso do hangar principal, por aldrabice de construção, ou o embuste do crescimento rápido dos bambus, entre tantas outras situações, quase hipotecavam este projecto, que custou muitos milhões de euros e foi apontado durante muitos anos como o grande projecto estruturante de desenvolvimento do nosso concelho, -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

----- a urgente renegociação do reequilíbrio financeiro, como forma de libertação das amarras da Lei dos Compromissos e do relançamento regular da actividade autárquica, em toda a sua plenitude, não obstante o actual executivo, mesmos os elementos não socialistas, terem tido sempre a coragem de participar em todas as decisões do presente mandato, nunca se ausentando nas votações, mesmo naquelas em que o podiam ter feito por implicarem despesas sem fundos disponíveis, contrariamente ao que faziam os vereadores do PS no mandato anterior, -----

----- a mais atempada apresentação e a mais cuidada fundamentação jurídica e técnica de muitas das propostas apresentadas para aprovação nas reuniões do executivo municipal, receando eu que muitas das decisões tomadas não estejam isentas de interpretações aligeiradas! -----

-----Em paralelo, devíamos estar a dizer aos jovens da região e do país que viver no concelho de Montemor é bom e tem vantagens, tem boas Escolas, Lares de Terceira Idade e Unidades de Cuidados Continuados, Infantários e Jardins de Infância, Grupos Desportivos e Culturais, ajudando a vender e a ocupar as centenas de fogos que estão abandonados ou por terminar!

-----Devíamos igualmente estar a promover intensivamente as condições necessárias para atrair o turismo sénior e de todas as idades, nacional e internacional. -----

-----Ora, a verdade é completamente distinta!-----

-----Passo a explicar. -----

-----A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho (CMMV) terá uma dívida de curto prazo de mais de 5 milhões de euros e uma dívida de médio e longo prazo de mais de 22 milhões, perfazendo um total de cerca de 27 milhões, sem contabilizar outras responsabilidades contingentes e penalizações que têm vindo a aparecer ao longo do ano, ou compromissos assumidos que hipotecaram praticamente toda a receita de 2014, todos estes valores sobrantos da gestão da coligação PSD/CDS-PP. -----

-----Da dívida de médio e longo prazo, 16,5 milhões são do último plano de 2009, cujas amortizações nunca foram pagas, com excepção de uns poucos milhares de euros, já liquidados neste mandato! Os montantes restantes são de outros financiamentos, contraídos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30**

em diferentes momentos, que foram sendo pagos regularmente, mas dos quais ainda sobram por pagar uns 6 milhões, a diferença dos 16 para os 22 actuais de médio e longo prazo. -----

-----Montantes estes, que, dado o incumprimento do plano de saneamento financeiro, acabaram por ser atirados para um novo plano (PAEL + reequilíbrio) ainda não aprovado, continuando o município e credores à espera de uma solução urgente de reestruturação, que permita definir um prazo suficientemente alargado de pagamento e a absorção da dívida de curto prazo, de modo a poder honrar os compromissos com os fornecedores do município, alguns deles à espera há vários anos de receber o contra valor dos serviços ou artigos fornecidos à autarquia! -----

-----Tal situação, combinada com as limitações da Lei dos Compromissos e das novas limitações legais de inventar receita virtual, criou tal complicação na elaboração dos orçamentos e na resolução dos seus desequilíbrios que só a ficção e a imaginação têm conseguido ultrapassar este problema, ou seja, inventando receitas suportadas em estudos de muitas dezenas de milhares de euros, encomendados a consultores capazes de vender qualquer solução, como sejam a concessão das águas a privados e a justificação da necessidade do aumento brutal das tarifas das águas e de todas as restantes taxas aplicadas, escondendo ao executivo e à Assembleia Municipal os dados reais sobre o aumento exponencial da receita do mesmo, já neste e nos próximos anos, entre muitos outros. -----

-----Fala-se muito por aí, até em comunicados distribuídos pelos correios, pagos pelo Município, que a dívida de curto prazo já baixou cerca de um milhão de euros por arte da actual maioria e que a dívida do anterior executivo seria de 34,4 milhões! Mais, divulgam-se as conclusões e sugestões da Deloitte, que não passam de receitas troikanas à escala provinciana. Venda das águas, aumento de impostos e de serviços, etc. Só nos faltavam mais estes! -----

-----Pois nem uma coisa nem outra são inteiramente exactas! -----

-----Por um lado, porque a dívida foi reduzida em boa parte com a redução dos apoios ao tecido associativo e às Juntas de Freguesia, ou seja, à custa da redução do apoio à comunidade, incluindo a declaração de nulidade da dívida ao CITEC, mas também pelo aumento significativo da receita do IMI, que vai acabar por prejudicar muitas famílias das nossas terras. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

-----Pelo seu lado, o PSD/CDS-PP continua a reduzir a sua intervenção a desmentidos sucessivos sobre a dimensão da dívida que nos deixou, 29 milhões em vez de 61 milhões, erradamente divulgados na imprensa regional, querendo fazer esquecer que tal montante, 29 milhões, é um valor brutal e representa praticamente um terço do valor total de investimentos que diz ter realizado em doze anos (91 milhões de euros...)! Ou seja, gastou 91 milhões, mas 30 desses que os paguem os que vierem! -----

-----É isto que queremos para Montemor? Eu não, e, estou certo, não é isto que querem aqueles que confiaram o seu voto à CDU, ao PSD e ao PS! -----

-----Quanto ao orçamento, mais uma vez vamos brincar aos números grandes, incluir e retirar o PAEL e o reequilíbrio financeiro, atirando o dito para os 50 milhões de euros, vamos voltar a recorrer a uma verba fictícia de mera engenharia financeira de 5 milhões de euros da concessão das águas, contra a qual todos dizem discordar, mas a qual teima em ficar! -----

-----Quase tudo o resto é o mero cumprimento das obrigações correntes e dos compromissos assumidos anteriormente, sem rasgo nem propostas que façam uma diferença substancial do ano anterior! -----

-----Assim sendo, e dado que votei a favor do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, mas prometi que estaria na “primeira linha de resistência aos objectivos que nortearam a sua elaboração pelo executivo anterior e não apoiaria a sua repetição no futuro”, não tenho outra alternativa senão alterar o meu voto, o voto da CDU, do voto sofrido a favor do ano passado para a abstenção com tendência para voto contra num futuro próximo, este ano!----

-----Faço-o em nome da solidariedade institucional perante a pesada herança de muitos anos desregrados, mas fica aqui novo aviso de que o actual modelo de gestão e de condução dos assuntos municipais já está igualmente a prejudicar os nossos cidadãos e a afastá-los de apostar no concelho de Montemor-o-Velho!” -----

-----**Declaração de Voto da Vereadora Alexandra Ferreira:**-----

-----“O ano de 2015 vai continuar a ser um ano de desafios para o Concelho de Montemor-o-Velho, à semelhança do país, provocado pela situação económica atual.

O volume de receitas próprias, bem como a necessidade de manter os custos controlados vai obrigar a uma exigente gestão financeira. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30**

-----Apesar do valor da dívida dificultar diariamente o desempenho da autarquia na prestação de serviços com qualidade e em tempo útil, é importante referir o esforço realizado neste último ano na redução da mesma, assim como destacar a preocupação na redução do prazo médio de pagamento aos fornecedores.-----

-----Este primeiro ano de mandato traduz-se numa política de contenção e de rigor orçamental que fez com que o Município não seja forçado obrigatoriamente a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) como única alternativa de atuação com vista ao equilíbrio económico e financeiro.-----

-----Mesmo neste contexto de dificuldades, a autarquia deve procurar desenvolver a sua atividade aproveitando ao máximo os Fundos Comunitários, definindo as intervenções e prioridades de investimento de forma eficaz e eficiente e promovendo o Concelho de forma sustentável. Nesse sentido, considero que a estratégia deve passar obrigatoriamente por uma intervenção ao nível da Coesão e Inclusão Social, bem como do Emprego e Desenvolvimento Económico.-----

-----Pela análise dos valores inscritos no Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano e Orçamento 2015-2018, percebe-se que este documento reflete uma política de contenção de despesa, mas sem colocar em causa algumas linhas de força consideradas estruturantes para o Desenvolvimento Económico e Social, tais como:-----

----- A Modernização Administrativa e criação do Balcão Único representam um forte investimento em aquisição de software e equipamento informático, bem como em obras de remodelação e adaptação do edifício, proporcionando um melhor acesso e atendimento aos cidadãos.-----

----- O investimento na Proteção Civil com aquisição de novos equipamentos e continuidade do acordo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários garantem uma melhor intervenção junto da população e aumentam a sua segurança.-----

----- A Educação promovendo a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar como instrumento fundamental para o desenvolvimento, através da atribuição dos auxílios

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

económicos, das bolsas de estudo (sociais, excelência e mérito), das refeições e transportes escolares.

----- A Ação Social assume-se como uma das prioridades por parte deste executivo, reforçando neste orçamento a sua dotação com um conjunto de novas medidas no apoio aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

-----Os apoios de emergência social, ou o apoio à habitação degradada e a recuperação de edifícios municipais para realojamento temporário, nomeadamente para vítimas de violência doméstica são alguns dos exemplos.

-----Na área da infância estão previstas as colónias de férias para as crianças mais carenciadas.

-----No apoio à terceira idade, por forma a prevenir o isolamento, a aumentar a segurança e a proporcionar um envelhecimento ativo aos nossos idosos, destaca-se o serviço de teleassistência, a criação do Cartão Sénior, bem como a implementação do programa "Montemor Sénior".

----- No Ordenamento do Território é fundamental a conclusão da revisão do PDM.

----- A Cultura e o Turismo são pilares fundamentais do desenvolvimento económico, incluindo a valorização dos nossos produtos endógenos.

----- Os acordos de execução com as Juntas de Freguesia fundamentais na operacionalidade e na resposta aos anseios da população pela sua proximidade e o apoio ao associativismo concelhio, reconhecendo desta forma a sua importância na comunidade, nomeadamente na formação cultural, desportiva, social e cívica.

----- A preocupação na qualidade Ambiental deve ser encarada como factor decisivo, quer pelo seu impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas, quer na atratividade ao Concelho.

-----O futuro e o sucesso deste concelho depende de todos nós, independentemente da sua ideologia política. Nesse sentido, apraz-me registar o facto de ser dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, nos termos da Lei n.º 24/98 de 26 de maio. Desta forma, todas as forças políticas e cidadãos independentes eleitos foram ouvidos sobre a presente proposta, tendo o direito de participar, assim como de se pronunciarem sobre o mesmo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO



Reunião extraordinária de 2014 de outubro 30

-----Por todas as razões atrás expostas voto favoravelmente a presente proposta de Orçamento 2015 e as Grandes Opções do Plano 2015-2018.”-----

- 1.6. TESOURARIA (ST) -----
- 1.7. TAXAS E LICENÇAS (STL) -----
- 1.8. PATRIMÓNIO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA (SPCP) -----
- 2. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DDS) -----
- 2.1. EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL (SEAS) -----
- 2.2. CULTURA E TURISMO (SCT) -----
- 2.3. JUVENTUDE E DESPORTO (SJD) -----
- 2.4. INSERÇÃO PROFISSIONAL E APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL (SIPADES) -----
- 3. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (DPGT) -----
- 3.1. PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (SPGT) -----
- 3.2. FISCALIZAÇÃO (SF) -----
- 3.3. TOPOGRAFIA E SIG (STP) -----
- 4. DIVISÃO DE AMBIENTE E OBRAS MUNICIPAIS (DAOM) -----
- 4.1. OBRAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS (SOEM) -----
- 4.2. CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E ESTALEIRO MUNICIPAL -----
- 4.3. AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES (SAEV) -----

----- ENCERRAMENTO -----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas e vinte minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária, Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,



Emílio Augusto Ferreira Torrão

A SECRETÁRIA,



Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos